

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2020, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 11:00 HORAS DO DIA 28 DE MAIO DE 2020,**

a qual esteve sob a Presidência do Vereador Wagner Brasil de Barros, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Registrada a presença dos Vereadores Roberto Carlos Vanucci e Tuco Bauab. Presentes ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, demais servidores municipais, assessores parlamentares e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador Wagner Brasil de Barros, Membro da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Economia e Presidente desta Audiência Pública, convidou a senhorita Natália Romano Camilo, Gerente de Orçamento e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2020. A senhorita Natália Romano Camilo iniciou a sua explanação invocando o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo objetivo precípua é o de evitar *déficits* e reduzir dívidas. Enfatizou, que o objetivo da presente Audiência seria o de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, dos resultados econômicos, financeiros e orçamentários relativos ao 1º quadrimestre do exercício de 2020. Fez referência expressa ao bojo do artigo 48 da LC nº 101, de 04 de maio de 2000: *“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”*. Enfatizou que a realização da Audiência Pública ora tratada foi divulgada no site oficial da Prefeitura Municipal de Jahu e no Jornal Oficial do Município visando a ampla possibilidade de participação da população. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados, estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ou seja, contidas as receitas, as despesas, dentre outros aspectos financeiros do Município de Jahu, da Câmara Municipal de Jahu, da Agência Reguladora – SAEMJA e do Instituto de Previdência do Município de Jahu. Ato contínuo, a representante do Poder Executivo passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados. Foi apresentado o quadro da receita arrecadada por entidade no 1º. Quadrimestre de 2020: Prefeitura Municipal – R\$ 130.525.868,93 – 99,7%; IMPJ – R\$ 76.372,19 – 0,1%; Agência Reguladora – R\$ 340.393,05 – 0,3%; Câmara Municipal – 0,00 – 0%, totalizando o montante de R\$ 130.942.634,17 – 100%. Em seguida, foram apresentadas as principais receitas arrecadadas no 1º. Quadrimestre de 2020, a saber: **Receitas Correntes** – R\$ 130.959.440,75; Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias – R\$ 26.650.975,94 (20,35%); Contribuições – R\$ 2.333.577,58 (1,78%); Receita Patrimonial – R\$ 178.961,06 (0,14%); Receitas de Serviços – R\$ 85.360,73 (0,07%); Transferências Correntes – R\$ 101.031.880,16 (77,16%); Outras Receitas – R\$ 678.685,28 (0,52%); **Receitas de Capital** – (R\$ 19.808,51); Operações de Crédito – R\$ 0,00 (0%); Transferências de Capital – R\$ 0,00 (0%); Outras Receitas de Capital (deduções) – (R\$ 19.808,51) (-0,02%); Intra-Orçamentárias – R\$ 3.001,93 (0%). **Total da Receita** – R\$ 130.942.634,17 – 100%. Após, foi apresentado comparativo da receita prevista *versus* a receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2020. Verificou-se que a receita prevista foi de R\$ 132.882.726,42, a receita arrecadada foi de R\$ 130.942.634,17, sendo a diferença de (R\$ 1.940.092,25), 1,46% a menos do previsto. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2019 *versus* a receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2020. Nesse, verificou-se que em 2020 houve um acréscimo de 2,48%; a receita em 2019 foi da ordem de R\$ 127.771.852,33, e, no mesmo período no ano de 2020 foi de R\$ 130.942.634,17, perfazendo uma variação positiva equivalente a R\$ 3.170.781,84 (2,48%). Todavia, salientou a representante do Executivo, a inflação no exercício anterior foi de 4,31%, sendo que esse percentual de 2,48% sequer conseguiu atingir a reposição inflacionária. Desse modo, conclui-se que a arrecadação municipal do período ficou aquém do esperado. Ato contínuo, foi apresentado gráfico comparativo das principais receitas dos exercícios de 2019 e 2020, no mesmo período, respectivamente: **Receitas Correntes** – R\$ 127.655.429,22 e R\$ 130.959.440,75 (2,59%); Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias – R\$ 25.987.441,30 e R\$ 26.650.975,94 (2,55%); Contribuições – R\$ 2.265.822,58 e R\$ 2.333.577,58 (2,99%); Receita Patrimonial – R\$ 397.291,02 e R\$ 178.961,06 (-54,95%); Receitas de Serviços – R\$ 394.083,20 e R\$ 85.360,73 (-78,34%); Transferências Correntes – R\$ 96.866.431,50 e R\$ 101.031.880,16 (4,30%); Outras Receitas – R\$ 1.744.359,62 e R\$ 678.685,28 (-61,09); **Receitas de Capital** – R\$ 113.064,34 e (R\$ 19.808,51) (-117,52%); Operações de Crédito – R\$ 0,00 e R\$ 0,00 (0%); Transferências de Capital – R\$ 0,00 e R\$ 0,00 (0%); Outras Receitas de Capital – R\$ 113.064,34 e (R\$ 19.808,51) (-117,52%); Intra-Orçamentárias – R\$ 3.358,77 e R\$ 3.001,93 (-10,62%). **Total da Receita** – R\$ 127.771.852,33 e R\$ 130.942.634,17 (2,48%). Na sequência, foi apresentado detalhamento da despesa empenhada, liquidada e percentual da despesa total liquidada respectivamente, por entidade até o 1º quadrimestre de 2020: Prefeitura Municipal – R\$ 255.580.500,31 e R\$ 141.162.259,47 – 96,2%; IPMJ – R\$ 11.630.413,11 e R\$ 3.736.160,87 – 2,5%; Agência Reguladora –

272.821,59 e R\$ 260.524,59 – 0,2%; Câmara Municipal – 2.064.654,07 e R\$ 1.542.782,04 – 1,1%, totalizando os valores de R\$ 269.548.389,08 e R\$ 146.701.726,97 – 100%. Após, foi apresentado demonstrativo analítico da despesa empenhada e despesa liquidada no 1º quadrimestre de 2020 por tipo: **Despesas correntes:** empenhada - R\$ 243.169.711,67 – 90,21%, e, liquidada - R\$ 134.069.584,08 – 91,39%, sendo, Pessoal e Encargos Sociais: empenhada – R\$ 60.487.667,59 – 22,44%, e, liquidada – R\$ 52.196.404,35 – 35,58%; Juros e Encargos da Dívida: empenhada – R\$ 182.603,00 – 0,07%, e, liquidada – R\$ 55.183,68 – 0,04%; Outras Despesas Correntes: empenhada – R\$ 182.499.441,08 – 67,71%, e, liquidada – R\$ 81.817.996,05 – 55,77%; **Despesas de Capital:** empenhada – R\$ 26.371.218,61 – 9,78%, e, liquidada – R\$ 12.629.110,63 – 8,61%, sendo, Investimentos: empenhada – R\$ 13.963.218,61 – 5,18%, e, liquidada – R\$ 746.377,48 – 0,51%; Amortização da Dívida: empenhada – R\$ 12.408.000,00 – 4,60%, e, liquidada – R\$ 11.882.733,15 – 8,10%, **Reserva de Contingência:** Despesas Intra-Orçamentárias: empenhada – R\$ 7.458,80 – 0%, e, liquidada – R\$ 3.032,26 – 0%, perfazendo a **Despesa Total** de R\$ 269.548.389,08 – 100%, e, liquidada – R\$ 146.701.726,97 – 100%. Em seguida, foram apresentadas as aplicações constitucionais com Ações de Saúde e Educação - recursos próprios - tendo como base a receita de impostos e transferências de impostos no valor de R\$ 90.262.565. A aplicação mínima obrigatória em ações de Saúde de 15%, equivalente a R\$ 13.539.385, foi superada. A despesa empenhada foi de R\$ 47.907.190 (53,07%) e a despesa liquidada foi de R\$ 31.845.264 (35,28%). A aplicação mínima obrigatória em ações de Ensino de 25%, equivalente a R\$ 22.565.641, também foi superada. A despesa empenhada foi de R\$ 40.344.209 (44,69%) e a despesa liquidada foi de R\$ 29.873.164 (33,09%) (valores expressos em milhares). Os recursos recebidos do FUNDEB no período foram da ordem de R\$ 18.982.168. Com base neste valor, a aplicação mínima em **Despesas com Educação Básica – Despesas com Magistério (min. 60%)** seria de R\$ 11.389.301. A despesa empenhada foi de R\$ 12.723.969 (67,03%), e, a despesa liquidada foi de R\$ 12.723.341 (67,02%) (valores expressos em milhares). A seguir passou-se à demonstração comparativa das despesas com pessoal nos exercícios de 2019 e de 2020. No exercício de 2019 a receita corrente líquida foi de R\$ 387.745.261 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 161.784.010, equivalente a 41,72%, sendo o limite máximo de gasto com pessoal de 54% (art. 20 LRF) de R\$ 209.382.441, e, o limite prudencial de 51,30% (art. 22 LRF) de R\$ 198.913.319. Já no exercício de 2020 a receita corrente líquida foi de R\$ 390.972.180 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 166.141.005, equivalente a 42,49%, sendo certo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo de gasto com pessoal de 54% (art. 20) de R\$ 211.124.977, e, o limite prudencial de 51,30% (art. 22) de R\$ 200.568.729 (valores expressos em milhares). Foi registrada a presença dos Edis Agente Américo Cato e Toninho Masson. Finalizada a explanação, a Gerente de Orçamento e Finanças, senhorita Natália Romano Camilo, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. Após, o Presidente da Audiência Pública, Vereador Wagner Brasil de Barros, indagou à Imprensa, público em geral, e Parlamentares presentes, se haveria alguma pergunta a ser formulada à representante do Poder Executivo, oportunidade em que, arguíram à oradora os Vereadores Roberto Carlos Vanucci, Tuco Bauab e Toninho Masson. Em seguida, o Presidente da Audiência Pública, Vereador Wagner Brasil de Barros, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que ninguém mais manifestou interesse em pronunciar-se. Finalizando os trabalhos, o Vereador Wagner Brasil de Barros, teceu as suas considerações. Agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a documentação supramencionada, bem como, a lista de presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública. -----  
-----  
-----

  
WAGNER B. DE BARROS  
Vereador